

Técnico em Administração

Economia e Mercados

Jorge Troper

2014

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Governador do Estado de Pernambuco

João Soares Lyra Neto

Vice-presidente da República

Michel Temer

**Secretário de Educação e Esportes de
Pernambuco**

José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira

Ministro da Educação

José Henrique Paim Fernandes

Secretário Executivo de Educação Profissional

Paulo Fernando de Vasconcelos Dutra

**Secretário de Educação Profissional e
Tecnológica**

Aléssio Trindade de Barros

Gerente Geral de Educação Profissional

Luciane Alves Santos Pulça

Diretor de Integração das Redes

Marcelo Machado Feres

Coordenador de Educação a Distância

George Bento Catunda

Coordenação Geral de Fortalecimento

Carlos Artur de Carvalho Arêas

Coordenador Rede e-Tec Brasil

Cleanto César Gonçalves

Coordenação do Curso

Antonio Silva

Coordenação de *Design* Instrucional

Diogo Galvão

Revisão de Língua Portuguesa

Letícia Garcia

Diagramação

Izabela Cavalcanti

INTRODUÇÃO.....	3
1.COMPETÊNCIA 01 CONHECER A DEFINIÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA PARA AS ORGANIZAÇÕES	4
1.1 Sistemas Econômicos	6
1.2 Os Dois Conflitos Básicos.....	9
1.3. Alguns Conceitos Básicos Importantes	10
1.4. Fluxos Econômicos	13
2.COMPETÊNCIA 02 CLASSIFICAR OS MERCADOS, CONHECENDO OS CONCEITOS DE DEMANDA E OFERTA.....	15
2.1 Lei da Demanda.....	18
2.2. Lei da Oferta.....	20
3.COMPETÊNCIA 03 COMPREEENDER OS FUNDAMENTOS DA MACROECONOMIA	23
3.1 Contas Nacionais	23
3.2 Política Fiscal	24
3.3 Inflação.....	28
3.4 Política Monetária.....	30
3.5 Mercado de Trabalho.....	31
4.COMPETÊNCIA 04 ENTENDER A TEORIA E A PRÁTICA EM OPERAÇÕES CAMBIAIS	34
REFERÊNCIAS	38
MINICURRÍCULO DO PROFESSOR.....	39

INTRODUÇÃO

Queridos alunos,

Começamos hoje o curso de **ECONOMIA** ministrado por mim, Prof. Jorge Troper. Porém, antes de iniciar o curso, gostaria de me apresentar. Sou Administrador de Empresas, formado pela Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco – FCAP/UPE e pós-graduado (MBA) em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas/RJ, com módulo internacional realizado na Ohio University (EUA). Também sou Mestre e Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa Internacional pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. Sou Professor da FCAP/UPE e do IBMEC.

Agora que você me conhece um pouco melhor (sinta-se livre para entrar em contato comigo sempre que desejar), vamos trabalhar a disciplina de **Economia**. Esse tema tem como objetivo desenvolver a sua análise crítica da realidade empresarial. Além disso, a disciplina pretende expor os fundamentos da economia, enfatizando o papel da empresa e a importância desses conhecimentos para o empresário. Ao final da disciplina, você vai poder compreender o funcionamento da economia e como a empresa que você administra poderá responder às variações do ambiente econômico. Logo, estudaremos temas como: o que é a economia, sistemas econômicos, a economia de mercado, demanda/oferta e equilíbrio, estruturas de mercado, PIB, câmbio, juros e outros tópicos de macroeconomia.

Mas... Vamos ao que interessa? Vamos logo compreender o que é e como a economia funciona? No tópico 01 da nossa disciplina, abordaremos a definição de economia e quais as principais definições dessa disciplina.

1.COMPETÊNCIA 01 | CONHECER A DEFINIÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA PARA AS ORGANIZAÇÕES

Para começar a aula de hoje, pergunto a você:

O que a palavra economia te lembra?

As figuras abaixo mostram algumas das ideias que temos sobre a economia.



Figura 1- Temas da economia
Fonte: Domínio Público (2012)

Para muitas pessoas, a palavra economia é fortemente relacionada com dinheiro, moeda, gastos. Muitas vezes, associamos, ainda, a palavra economia com poupança. Assim, fazer economia, muitas vezes, nada mais é do que, para algumas pessoas, guardar dinheiro nas cadernetas de poupança. Mas, finalmente,

Você deve estar se perguntando: Como assim



Figura 2 – Pergunta
Fonte: Domínio Público



O que é Economia?
Segundo Montella (2003) a origem da palavra economia vem do grego oikonomia, que poderia ser traduzido como a “ciência da administração da casa” (oikos = casa, nomos = administração, ia = ciência) e, segundo a sua definição mais comum, a economia é a **ciência da escolha quando os RECURSOS SÃO ESCASSOS, ou seja, insuficientes para satisfazer NECESSIDADES E DESEJOS ILIMITADOS dos indivíduos.**

Na administração de um domicílio, um chefe de família precisa tomar decisões sobre diversos assuntos, tais como: o quanto adquirir de alimentos e energia elétrica; se deve comprar uma nova televisão a prazo ou esperar até ser possível comprar à vista; se deve investir em uma reforma ou trocar de residência; se deve contratar alguém ou realizar os trabalhos domésticos por conta própria; se deve aceitar a promoção em seu emprego (e trabalhar mais horas) ou recusá-la (e ter mais tempo disponível para o lazer).

E por que ele precisa escolher? Simples, porque os recursos tempo e dinheiro são escassos, ou seja, insuficientes! Como nós não podemos ter tudo, precisamos escolher, e são justamente essas escolhas o objeto de estudo da economia!

Logo, poderíamos definir a economia como a ciência social que estuda a maneira pela qual os homens decidem empregar recursos escassos, a fim de produzir diferentes bens e serviços e atender às necessidades de consumo. Pode-se dizer ainda que o objeto de estudo da ciência econômica é a questão da escassez, ou seja, como economizar recursos. ***A escassez surge devido às necessidades biológicas humanas ilimitadas e à restrição física de recursos.*** Portanto, as sociedades são obrigadas a fazer escolhas sobre O QUE e QUANTO, COMO e PARA QUEM PRODUZIR.

No entanto, há muitas maneiras de se considerar a economia. Para os economistas clássicos, como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, a economia é o estudo do processo de produção, distribuição, circulação e consumo dos bens e serviços (riqueza). Por outro lado, para os autores ligados ao pensamento econômico neoclássico, a economia pode ser definida como a ciência das trocas ou das escolhas – logo, a economia lidaria com o comportamento humano enquanto condicionado pela escassez dos recursos: trata da relação entre fins e meios (escassos) disponíveis para atingi-los. Deste modo, o foco da ciência econômica consistiria em estudar os fluxos e meios da alocação de recursos para atingir determinado fim, qualquer que seja a natureza deste último. Segundo os economistas da Escola Austríaca,

especialmente Mises, a economia seria a ciência da ação humana proposital para a obtenção de certos fins em um mundo condicionado pela escassez.

Rossetti (1979) ainda ressalta outros dois conceitos de Marshall e Samuelson.

Economia é o estudo da humanidade nos assuntos correntes da vida. (Alfred Marshall)

A economia é o estudo de como as pessoas e a sociedade escolhem o emprego de recursos escassos, que podem ter usos alternativos, de forma a produzir vários bens e a distribuí-los para consumo, agora e no futuro, entre as várias pessoas e grupos na sociedade. (Paul Samuelson).

Compreenderam nosso objeto de estudo?!

Antes de continuar a nossa análise, contudo, precisamos ver alguns conceitos importantes da ciência econômica. Vamos lá?

1.1 Sistemas Econômicos

Dados os nossos desejos ilimitados e os recursos escassos, as sociedades precisam decidir o que fazer com tais recursos. Precisamos decidir o que produzir, como produzir, quanto produzir, qual o preço de determinado produto, a quem ele se destina, etc. Logo, um sistema econômico define os métodos e instituições pelas quais sociedades determinam as regras de propriedade, direção e alocação dos recursos econômicos. Por exemplo, entre sistemas contemporâneos encontramos os sistemas socialistas e os sistemas capitalistas, nos quais ocorre a maior parte da produção, respectivamente em empresas estatais e privadas. Entre esses extremos estão as economias mistas. No entanto, a teoria econômica prefere classificá-las como economia de planejamento central e economia descentralizada.

Como assim?

Em uma economia de planejamento central, um órgão do governo planeja a alocação dos recursos escassos na produção de bens e serviços determinados por este órgão. O grupo de pessoas ligado ao governo, na prática, decide o que vai ser produzido, como vai ser produzido, a quantidade, o preço, a forma, a distribuição... Enfim, tudo! A antiga União Soviética chegou a atribuir preços a mais de 30.000 produtos! Por isso, o nome “planejamento central”, pois a economia é totalmente planejada por um órgão central estatal.

Já uma economia descentralizada ou de mercado é assim chamada por que não há um planejamento central. As decisões econômicas, de alocação de recursos, não são tomadas por um pequeno grupo – são milhares de decisões dos agentes econômicos em toda a sociedade. São decisões dos indivíduos, famílias e empresas. Não há um planejamento único – as pessoas, famílias e empresas possuem diversos objetivos e, no mercado, participam de um sistema de trocas que pode viabilizar estes objetivos.

Você pode estar se perguntando: Como assim, uma economia descentralizada, que funciona sem ordens, sem que ninguém esteja no comando?

As decisões econômicas funcionam em consequência do sistema de preços. Curioso, você pode se perguntar como os produtos podem parar nos supermercados sem nenhuma ordem centralizada. Para responder esta pergunta os teóricos, lembrando do liberalismo explicado com extensão pelo economista Adam Smith, tido como o pai da economia moderna, esclarecem o seguinte, veja a seguir:

Sistemas de Preços

Os lápis são feitos após produção com as seguintes matérias-primas principais: as árvores e o mineral usado para a fabricação do grafite. Desde o momento de cortar a madeira até a hora de colocar os produtos nas prateleiras dos comércios, existem trabalhadores participando da produção

em troca de salários - às vezes sem ter a menor ideia do que está sendo produzido.

Conforme o pensamento de Adam Smith, pai da economia, os trabalhadores não estão preocupados com a produção do lápis, mas sim em receber remunerações para poder sobreviver no sistema capitalista ou de mercado. Os preços se estabilizam sozinhos, conforme o interesse dos diversos agentes. Seguindo esta ótica, é possível imaginar que os lápis podem ser industrializados e colocados nos supermercados sem ordens específicas vindas de apenas um escritório central.



Figura 3 - Preços!
Fonte: Domínio Público (2013)

O sistema de preços pode resolver os problemas sobre o que e para quem produzir os bens de consumo duráveis e não duráveis. A informação do preço é transmitida no momento em que todos os trâmites da produção forem solucionados, resultando assim nas determinadas distribuições de produção aos próprios empregados que colaboraram nos setores produtivos de diferentes empreendimentos. Estudaremos com muitos detalhes o mecanismo de preços um pouco mais adiante, quando apresentaremos as curvas da demanda e da oferta.

O problema do para quem produzir é solucionado visto que os trabalhadores assalariados compram lápis por diversos motivos, com a papelaria vendendo e crescendo de forma econômica junto com todas as outras iniciativas que

participaram da produção. Interessante que após o esgotamento do estoque, os consumidores estarão dispostos a pagar valores superiores para comprar lápis extras, acréscimo que estimula aos donos do comércio a fazer novos pedidos aos produtores.

1.2 Os Dois Conflitos Básicos

Todas as sociedades precisam encarar uma dura realidade: há situações que devemos escolher entre uma ou outra coisa, ainda mais quando existe um conflito entre as variáveis apresentadas a seguir:

a) Eficiência x Equidade

Uma economia extremamente eficiente, que utilize ao máximo seus recursos disponíveis e aumente a produção de riqueza, não distribuirá recursos de um modo radicalmente igualitário. Pense em um vendedor. Um bom vendedor é um recurso humano escasso e uma pessoa com talento é disputada por empresas concorrentes. Como ele é bom, tende a vender mais e a conseguir mais comissões em decorrência do seu trabalho. Imagine agora que você tem uma empresa e decidiu que todos os funcionários terão o mesmo salário, independentemente do seu desempenho profissional. Essa decisão dará mais eficiência à sua empresa? A resposta, claramente, é não. Um recurso fundamental de sua organização são as pessoas. E, dessa forma, elas não terão um desempenho satisfatório, pois de nada adianta o funcionário ter uma *performance* melhor, já que não ganhará mais por isso.

Além disso, as pessoas aplicam seus recursos, inclusive o tempo que possuem, de formas distintas. Logo, se há um grande número de possibilidades de aplicação dos recursos, como os resultados poderão ser iguais? Com isso, queremos dizer que uma distribuição mais igualitária pode ser um objetivo social a ser alcançado por determinada sociedade, mas há um custo em eficiência. Da mesma forma, uma economia muito eficiente é capaz de gerar uma produção maior, mas isto não se enquadra perfeitamente com uma

distribuição igual das riquezas. É claro que há situações em que mais igualdade pode gerar mais eficiência, mas a verdade é que os dois valores (eficiência e equidade) são socialmente desejáveis, mas estão em conflito em muitas situações.

b) Estabilidade X Desenvolvimento

O outro conflito é entre a estabilidade e o desenvolvimento. A questão é clara: o desenvolvimento é um processo de mudança contínua em termos econômicos e, obviamente, um processo de desenvolvimento não casa com a estabilidade. Pense na internet. Ela permitiu uma série de mudanças produtivas, reduziu custos de comunicações, ajudou a criar novos produtos, etc. Ela permitiu o processo de desenvolvimento, mas trouxe consigo uma série de mudanças que causaram uma grande instabilidade no mercado de trabalho. Por exemplo, datilógrafos eram profissionais valorizados há cerca de vinte anos e hoje praticamente desapareceram, assim como as telefonistas. O processo de desenvolvimento, portanto, cria instabilidade! E aqui, mais uma vez, a sociedade precisa definir como equacionar o problema, pois queremos o desenvolvimento, mas o ser humano também gosta, geralmente, de situações mais estáveis.

1.3. Alguns Conceitos Básicos Importantes

Para definir economia, foram empregados alguns termos que podem não ser de conhecimento comum, ou que possuem sentidos diferentes em outros ramos do conhecimento, como por exemplo: agentes econômicos e firmas. A fim de esclarecer o emprego desses termos em economia, definiremos esses conceitos, que serão amplamente utilizados no decorrer do presente estudo.

1) Bens: Segundo a professora Maura Montella, em sua obra chamada "Decifrando o Economês" (2005): *chamamos de bens todas as coisas que são úteis e satisfazem as necessidades dos homens. Nesse sentido, a casa é um bem porque satisfaz a necessidade do ser humano de se abrigar; o pão*



Para ilustrar nosso entendimento, Vasconcellos (2011) cita o economista português João César das Neves "O progresso nunca é ordeiro, calmo, planejado, mas uma permanente convulsão de criatividade e empreendimentos. Os sucessos são sobreviventes de muitas ideias que, apesar de boas e originais, ficaram pelo caminho."

satisfaz sua necessidade de se alimentar, e assim por diante. O pó que se tira dos móveis, entretanto, não é um bem, porque ele não é útil nem satisfaz uma necessidade.

Ainda segundo a professora Montella, você deve observar que, *aquilo que não é útil para uma pessoa, pode ser útil para outras. É o caso do cigarro: embora seja prejudicial à saúde, é útil e satisfaz a necessidade de fumar do fumante. Logo, em termos econômicos, o cigarro é um bem.*

Por fim, você deve notar que os serviços também são bens! Nesse caso, os serviços são bens intangíveis, já que não podem ser tocados!

Dentro da economia existem ainda algumas outras classificações para os bens:

- **Bens livres:** abundantes, postos a disposição pela natureza (não produzidos pelo homem). Exemplo: ar, água.
- **Bens econômicos:** bens escassos, geralmente produzidos pelo homem. São classificamos como bens de consumo ou de produção.
- **Bens de consumo:** voltados para o consumo final (podem ser duráveis ou não). Exemplo: peças do vestuário, televisão, carros.
- **Bens de produção:** destinados à produção de outros bens. Podem ser bens de capital ou bens intermediários.
- **Bens de capital:** bens de produção que podem ser utilizados várias vezes. Exemplo: máquinas, computadores de alta tecnologia, fornos industriais.
- **Bens intermediários:** bens de produção que são utilizados uma única vez (são transformados durante o processo produtivo). Exemplo: alguns artigos agrícolas, como o trigo e a soja.

Outra definição importante em economia se refere aos fatores de produção.

2) Fatores de produção (ou insumos produtivos): recursos básicos na produção de bens e serviços. Comumente são divididos em: *terra, trabalho,*

capital e tecnologia.

- **Terra:** fator de produção relacionado aos recursos naturais.
- **Trabalho:** insumo produtivo relacionado à mão de obra.
- **Capital:** fator de produção relacionado aos equipamentos utilizados na produção.
- **Tecnologia:** insumo relacionado ao conhecimento quanto à forma de produzir algo (o “*modus operandi*”).

Outras definições também são importantes de compreender, vamos ver?

3) Agentes econômicos: pessoas de natureza física ou jurídica que atuam contribuindo e influenciando o funcionamento do sistema econômico. São as **famílias, as firmas, o governo e o resto do mundo.**

- **Famílias:** indivíduos e unidades familiares da economia. Desempenham o papel de consumidores e de proprietários de alguns dos fatores de produção.
- **Firmas:** unidades encarregadas de produzir e/ou comercializar os bens e serviços.
- **Governo:** todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle do estado, em todas as suas esferas (federal, estadual, municipal). É possível que o estado também atue na produção de algum bem, através de empresas estatais.
- **Resto do mundo:** indivíduos, firmas ou governos que não estão localizados dentro de determinada área geográfica, mas que influenciam a economia local.

4) Mercado: interação entre compradores (demanda) e produtores (oferta) de um determinado bem ou serviço, delimitada em algum espaço geográfico (cidade, país, região), podendo ser estabelecida em um local físico ou não.

5) Economia: eventualmente, esse termo pode ser utilizado como um substituto para sistema econômico de uma determinada região.

A esse ponto, você pode se perguntar, e como é que todo esse sistema funciona? O tópico seguinte dessa nossa primeira Competência, explica essa arquitetura de funcionamento. Vamos lá?

1.4. Fluxos Econômicos

Para começar, iniciaremos analisando uma economia bastante simplificada: uma situação em que só existem dois agentes: famílias e empresas (economia fechada – não há comunicação com o resto do mundo – e sem governo); e apenas dois mercados: **bens e serviços** e **fatores produtivos**, conforme mostrado na figura abaixo, denominada de **fluxo circular da riqueza**.

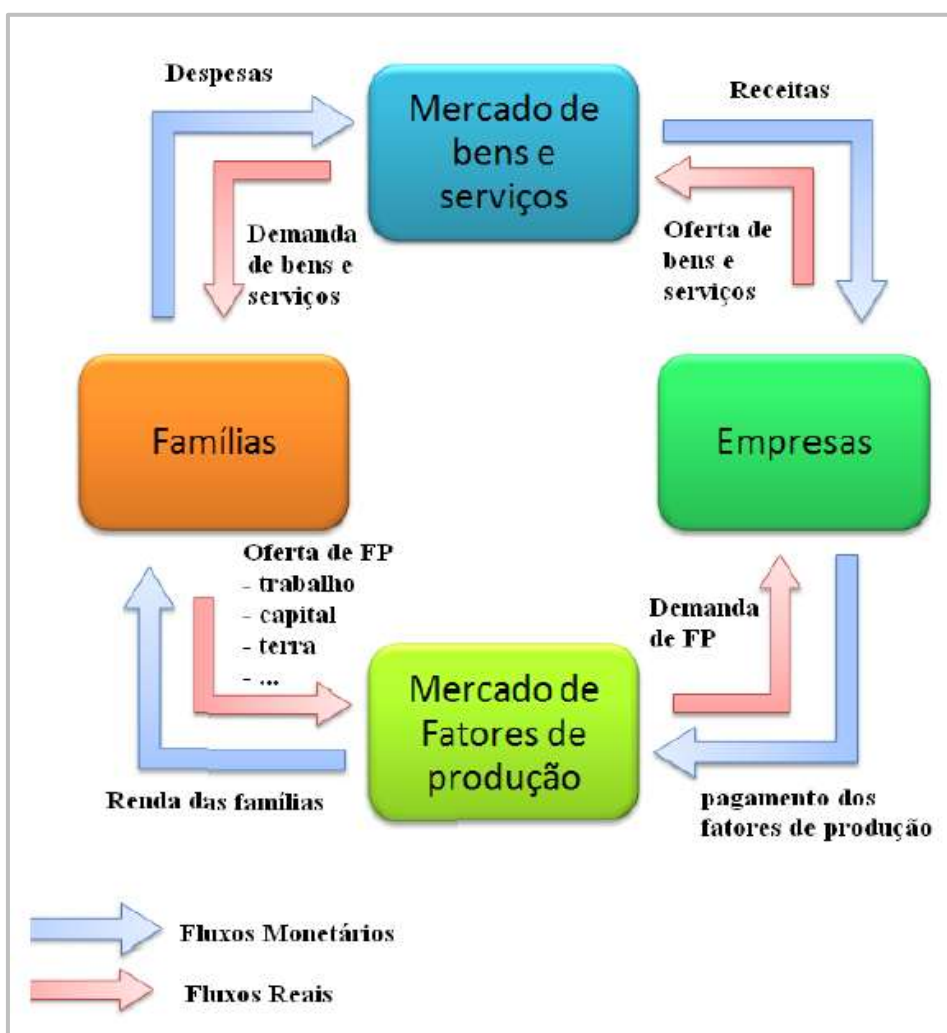


Figura 4 - Fluxo econômico para o caso de uma economia fechada e sem governo
Fonte: Blog Economia e Finanças Fáceis (2013)

De forma simplificada, nesse fluxo circular da riqueza, as famílias são proprietárias de fatores de produção (terra, capital e trabalho) e os fornecem às firmas, através do mercado dos fatores de produção. As firmas combinam os fatores de produção e produzem bens e serviços, que são fornecidos às famílias por meio do mercado de bens e serviços. Essas transações formam os fluxos reais, descritos na figura em vermelho.

Assim, as firmas produzem bens e serviços e os ofertam no mercado de bens e serviços. Esses produtos serão adquiridos pelas famílias que, para poder pagar por esses bens, precisam ofertar seus fatores às empresas. Assim, a terra, o capital e o trabalho, que são de propriedade das famílias, serão utilizados pelas empresas para produzir bens e serviços que serão consumidos pelas famílias, seguindo um fluxo indefinido que se retroalimenta.

Para cada elo do fluxo real, descrito acima, existe um fluxo monetário. Os fluxos reais possuem uma contrapartida monetária, ou seja, são efetuados pagamentos na moeda corrente. As firmas remuneram as famílias quando adquirem os fatores de produção, e as famílias pagam as firmas pelo consumo dos bens e serviços produzidos. Essas operações compõem o fluxo monetário. Percebe-se que toda renda dos agentes se deve a alguma contribuição sua no processo produtivo. Por isso, o fluxo econômico também é denominado de fluxo circular da renda. Esse fluxo monetário é representado em azul na figura 4.

Agora que já sabemos os aspectos básicos, no próximo capítulo passaremos a conversar com mais detalhes como funciona a chamada economia de mercado ou capitalista. O primeiro passo a dar, neste sentido, é falarmos um pouco sobre a demanda e a oferta!

2.COMPETÊNCIA 02 | CLASSIFICAR OS MERCADOS, CONHECENDO OS CONCEITOS DE DEMANDA E OFERTA

Para entender melhor o funcionamento de uma economia, é importante que você compreenda a definição de sistema econômico. Essa definição é apresentada por M. Bornstein no livro *Introdução à Economia* do Rossetti (1979). A definição é a seguinte:

Sistemas Econômicos são arranjos historicamente constituídos, a partir dos quais os *agentes econômicos* são levados a empregar *recursos* e a interagir via produção, distribuição e uso dos produtos gerados, dentro de mecanismos institucionais de controle e de disciplina, que envolvem desde o emprego dos fatores produtivos até as formas de atuação, as funções e os limites de cada um dos agentes (pág. 158).

Dentro dessa definição, é possível notar que, assim como vimos no item anterior, os sistemas econômicos necessitam de agentes (famílias, empresas, governo e resto do mundo) que empregam os seus recursos (terra, capital e trabalho) no mercado a fim de adquirir bens e serviços, exatamente o que analisamos no capítulo anterior.

Mas, como estudar esses sistemas econômicos, já que eles parecem ser a princípio, tão complicados? Para começar a analisar os sistemas econômicos, é preciso que você compreenda primeiro as divisões existentes na economia.

A teoria econômica é dividida em três grandes ramos: A microeconomia, a macroeconomia e o desenvolvimento econômico. A etimologia das duas primeiras palavras já ajuda a perceber a diferença básica entre as suas áreas de atuação: enquanto a microeconomia estuda as partes, a macroeconomia estuda o todo.

A microeconomia, segundo o professor Vasconcellos, em seu livro, *Economia: Micro e Macro*, diz respeito ao estudo do comportamento das unidades econômicas básicas: consumidores e produtores e o mercado no qual interagem. Dessa forma, a microeconomia, ainda segundo o autor, é a disciplina que se preocupa com a determinação dos preços e quantidades em mercados específicos.



Figura 5 – De olho
Fonte: Domínio Público (2013)

Para você pensar um pouco sobre a microeconomia, basta que você imagine que existe uma lupa em todas as interações entre empresas e famílias. Assim, a microeconomia estuda o consumidor e a empresa detalhadamente, observando a origem de cada escolha realizada.

É de interesse de estudo da microeconomia, ainda, a forma pela qual os agentes econômicos interagem de modo a formar unidades maiores, os mercados. Sendo assim, a microeconomia explica, entre outras questões, como os preços são formados, a quantidade que será ofertada e o quanto será investido. Assim, poderemos inferir porque os mercados dos bens são diferentes e como são influenciados por políticas econômicas e mudanças no ambiente internacional.

Ao estudar e procurar relacionar os grandes agregados, a macroeconomia não analisa em profundidade o comportamento das unidades econômicas individuais, tais como famílias e firmas, a fixação de preços nos mercados

específicos, os efeitos de oligopólios em mercados individuais, etc. Essas são preocupações da microeconomia.

A macroeconomia é aplicada no estudo das relações entre os grandes agregados econômicos. Ela se ocupa com a economia como um todo, buscando respostas para a determinação de cada uma dessas variáveis globais. Por exemplo, no mercado de bens e serviços, o conceito de Produto Nacional é um agregado de mercados agrícolas, industriais e de serviços; no mercado de trabalho, a macroeconomia preocupa-se com oferta e demanda de mão de obra e com a determinação dos salários e do nível de emprego, mas não considera diferenças de qualificação, gênero, idade, origem da força de trabalho, etc. Quando considera apenas o nível da taxa de juros, não são destacadas devidamente as diferenças entre os vários tipos de aplicações financeiras.

O custo dessa abstração é que os pormenores omitidos são muitas vezes importantes. A abstração, porém, tem a vantagem de permitir estabelecer relações entre grandes agregados e proporcionar melhor compreensão de algumas das interações mais relevantes da economia, que se estabelecem entre os mercados de bens e serviços, de trabalho e de ativos financeiros e não financeiros.

Dessa forma, não existe conflito entre a teoria macro e a teoria microeconômica. A diferença fundamental seria uma questão de foco. Ao analisar os preços em determinado mercado, a microeconomia considera que os preços dos demais mercados não são alterados. Na macroeconomia, analisa-se o nível geral de preços, ignorando-se as mudanças de preços relativos de bens dos diferentes mercados.

Dentro da microeconomia, dois conceitos são de fundamental importância para que possamos compreender melhor como consumidores e empresas estão associados à teoria dos preços e as definições de lei da demanda e lei da oferta, pontos de estudo do próximo capítulo.

Para começar a compreender o mercado, analisaremos, inicialmente porque a família, as pessoas consomem e porque as firmas ou empresas produzem. Toda a análise do consumo é vista, na microeconomia, por meio da demanda e da oferta.

2.1 Lei da Demanda

Essa lei diz que à medida que o preço de um bem aumenta, os consumidores estarão dispostos a consumi-lo em menor quantidade, considerando que todas as demais variáveis que podem influenciar o seu comportamento se mantêm constantes, ou seja, na hipótese de ***ceteris paribus***. A relação negativa entre quantidade e preço para o consumidor ocorre porque, em alguns casos, a renda dos indivíduos se torna insuficiente para adquirir o produto e, em outros, os indivíduos optam por algum substituto próximo mais barato.

Como exemplo desse fato, imagine que os preços dos rodízios de *sushi* aumentem. Com essa elevação, você levará em conta a possibilidade de ir, por exemplo, a um rodízio de carnes ou massas. Nesse caso, você reduzirá a quantidade demandada de *sushi* porque estará trocando esse produto por carnes, um substituto que ficou, relativamente, mais barato (observe que o uso do “relativamente” é importante porque o preço do rodízio de carnes, de fato, não diminuiu).

Outra possibilidade é que com o aumento do preço do rodízio do *sushi*, você não poderá ir tantas vezes ao restaurante, pois, já que o seu salário não aumentou igualmente com o preço do rodízio, o seu poder de compra ficou reduzido.

Essa relação inversa entre o preço de um bem e a quantidade que um consumidor planeja comprar (ou a **quantidade demandada** desse bem) é conhecida por **Lei da Demanda**. Em termos matemáticos, a Lei da demanda vira uma função, a função demanda - que informa a quantidade de um bem



Vasconcellos (2011) afirma que a expressão em latim **ceteris paribus** significa algo como “todos os demais fatores relevantes permanecem inalterados”.

que será procurada para cada nível de preço.

Função demanda: $QD=D(P)$

Vasconcellos (2011) ensina que a função demanda pode ser representada, graficamente, através da curva de demanda. No gráfico cartesiano abaixo, temos que o preço se encontra no eixo vertical e a quantidade demandada no eixo horizontal. Vamos ao gráfico?

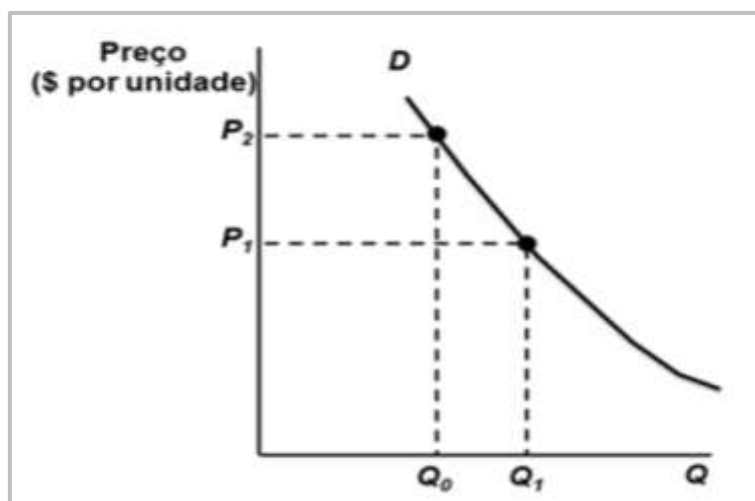


Figura 6 – Curva de Demanda: a curva de demanda representa a relação entre preço de um bem e a quantidade demandada desse bem
Fonte: O Autor (2013)

A curva de demanda representa o comportamento do agente econômico: o consumidor. Para preços mais altos, as pessoas consumirão menos do bem, pois os bens substitutos ficarão relativamente mais baratos, levando o consumidor a adquirir mais desses bens. O aumento dos preços também reduz a renda real (poder de compra) do consumidor, o que gera uma retração no consumo do bem.

Pode-se, facilmente, obter a **curva de demanda de mercado** somando-se todas as quantidades demandadas por cada consumidor para cada preço. Na figura abaixo, a demanda agregada de um bem foi calculada para apenas três consumidores. Quando o preço de mercado for igual a \$4, o consumidor A



A QUANTIDADE DEMANDADA de um bem ou serviço é a quantidade que o consumidor planeja comprar em um determinado período, a um determinado preço.

LEI DA DEMANDA afirma que, com tudo o mais mantido constante, a quantidade demandada de um bem diminui quando o preço dele aumenta.

não adquire o bem (note que a quantidade é zero para a DA quando o preço é \$ 4,00), e os consumidores B e C compram 4 e 7 unidades, respectivamente.

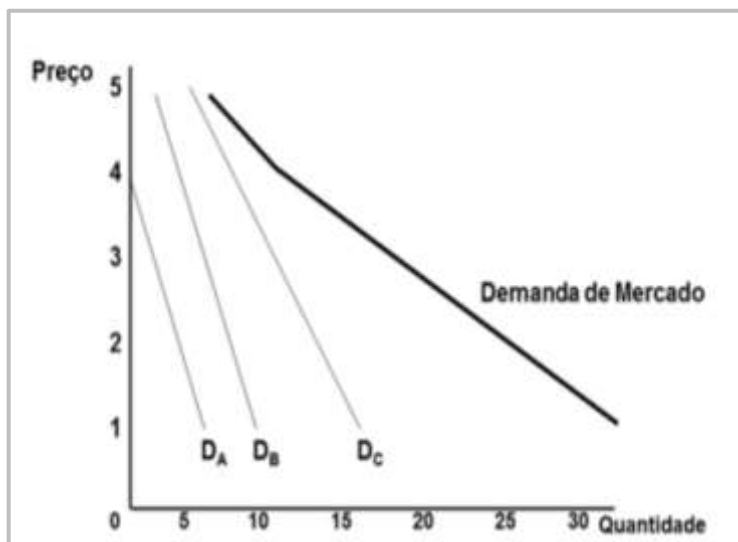


Figura 7 – Curva de Demanda de Mercado. A demanda de mercado é representada como a soma das demandas individuais dos consumidores.

Fonte: O Autor (2013)

Compreendido o consumidor e tudo que afeta a sua vida, vamos analisar o outro lado da economia: a empresa, representada pela curva de oferta.

2.2. Lei da Oferta

Da mesma forma que a lei da demanda estabelece um padrão de comportamento do consumidor perante o preço de um bem, a lei da oferta também analisa o comportamento, agora da empresa, quando se depara com um diferente nível de preço. De acordo com a **Lei da Oferta**, O crescimento no preço de um bem aumenta o incentivo para os produtores ofertá-lo no mercado, se tudo o mais que interfere no comportamento da empresa se mantém constante (*ceteris paribus*). Para se observar a veracidade desse fato, basta considerar o que ocorreu na economia brasileira no início do século XX, quando o país era o maior produtor mundial de café. Com o aumento dos preços dessa mercadoria, os cafeicultores da época possuíam incentivos para

produzir ainda mais, elevando o número de hectares destinados à produção dessa cultura.

A função oferta informa que quantidade será produzida para cada preço:

$$\text{Função Oferta: } QS=S(P)$$

A curva de oferta representa a relação positiva entre preço e quantidade ofertada. Graficamente, temos:

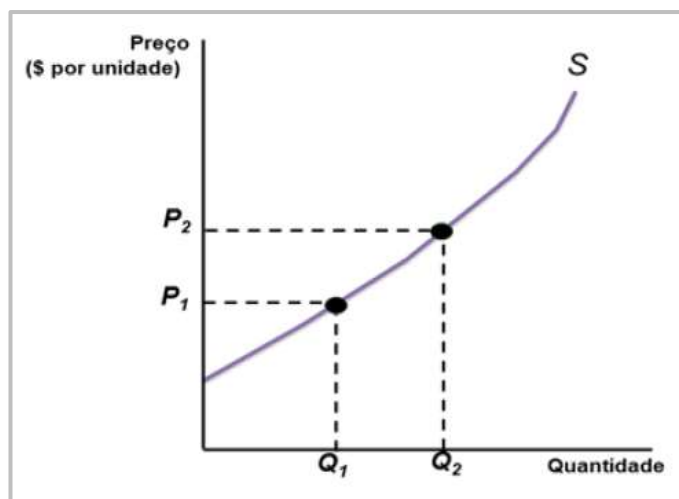


Figura 8 - Curva de Oferta. A curva de oferta representa a relação entre preço de um bem e a quantidade ofertada desse bem.

Fonte: O Autor (2013)

A curva de oferta representa o comportamento das empresas. Assim, aumentos nos preços levarão as empresas a oferecer mais produtos no mercado, mostrando, desta forma, uma relação direta entre preços e quantidades. Vale reforçar aqui que, assim como no caso da demanda, aumentos nos preços do bem em questão vão levar a movimentos ao longo da curva de oferta.



A Lei da oferta afirma que, com tudo o mais mantido constante, a quantidade ofertada de um bem aumenta quando o preço dele aumenta.



Agora passaremos a entender o equilíbrio de mercado! Observe as figuras 9 e 10

- **Equilíbrio de Mercado:**



Figura 9 - Equilíbrio de Mercado
Fonte: UNIOESTE (2013)

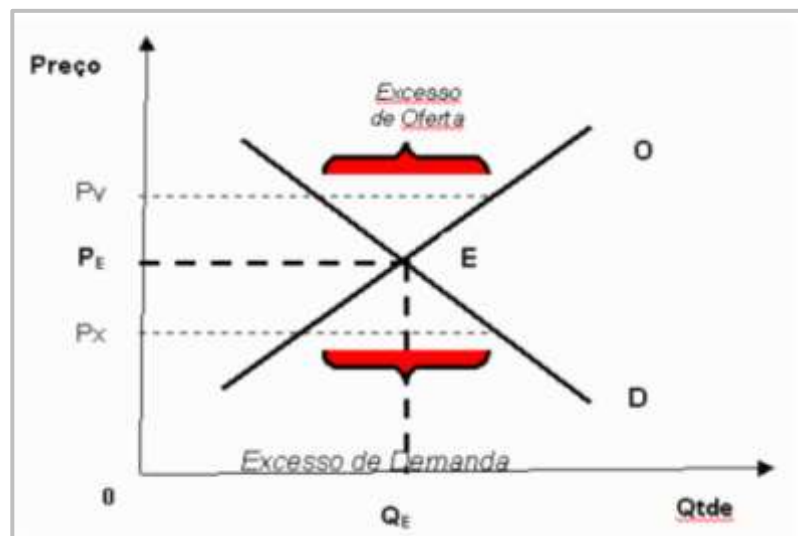


Figura 10 – Desequilíbrios: Excesso de demanda e de oferta
Fonte: Autoentusiastas (2013)



Não deixe de realizar as atividades na Competência 2! Participe do fórum desta semana e dos chats com os tutores virtuais!

3.COMPETÊNCIA 03 | COMPREEENDER OS FUNDAMENTOS DA MACROECONOMIA

3.1 Contas Nacionais

As contas nacionais medem o valor total produzido por uma economia. Considerando tal importância, veremos, em um primeiro instante, o principal agregado macroeconômico responsável pela riqueza de toda coletividade, ou melhor, a variável que mede a produção de bens e serviços da economia: o Produto Interno Bruto ou PIB.

O PIB pode ser definido como:

“O valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um dado período de tempo (MONTELLA, 2003).”

Deve-se notar que, dentro dessa definição, é possível observar que todos os bens contabilizados no PIB devem ser aqueles destinados ao consumo final. Bens intermediários (utilizados na fabricação de bens finais) não serão contabilizados no PIB uma vez que o valor do bem final já considera o valor de todos os bens intermediários utilizados.

Observe ainda que toda a produção contabilizada no PIB diz respeito ao que foi fabricado em um determinado espaço geográfico, em uma unidade de tempo fixada. Assim, a compra de, por exemplo, apartamento ou automóveis usados não são contabilizados no PIB no ano das trocas, mas, apenas, no ano de fabricação.

- **Produto Interno Bruto (PIB) versus Produto Nacional Bruto (PNB)**

O Produto Nacional Bruto (PNB) é a renda gerada pelos cidadãos de um país. Inclui a renda que estes ganham no estrangeiro, mas não inclui a renda auferida pelos fatores de produção existentes no país, que são de propriedade

estrangeira. Já o Produto Interno Bruto (PIB) é a renda auferida internamente. Inclui a renda ganha internamente por estrangeiros, mas não inclui a renda ganha pelos cidadãos do país no exterior.

Para Vasconcellos (2011) a diferença entre esses dois indicadores reside no montante de rendas recebido e enviado ao exterior. Ou seja, os fluxos de renda, *royalties*, lucros e juros recebidos e enviados determinam o distanciamento entre os agregados PIB e PNB.

Escrevendo a informação de forma simplificada, temos:

$$\text{PNB} = \text{PIB} + \text{RLRE}$$

OU

$$\text{PNB} = \text{PIB} - \text{RLEE}$$

3.2 Política Fiscal

Chamamos de política fiscal as decisões do Governo sobre como e quanto irá arrecadar em tributos (impostos, taxas e contribuições) e sobre quanto e de que forma gastará os recursos arrecadados e como determinará as transferências governamentais (DINHEIRABILIDADE, 2012).

O Governo tem papel importante na determinação da renda. Ele afeta o nível de renda através de dois canais. Primeiro, as compras de bens e serviços pelo Governo são um dos componentes da demanda. E os impostos e as transferências de renda (Bolsa Família, por exemplo) afetam a renda disponível para consumo e poupança.

A política fiscal é um dos instrumentos mais poderosos que os governos têm em termos de política econômica.



- **RLRE** é a Renda Líquida Recebida do Exterior (quando as rendas recebidas superam as enviadas).
- **RLEE** é a Renda Líquida Enviada ao Exterior (quando as rendas enviadas superam as recebidas).

Mudanças na estrutura de impostos e gastos podem estimular ou desestimular a produção em determinados setores, assim como as alterações nas transferências podem melhorar a distribuição de renda ou também estimular/desestimular a produção de determinados setores da economia.

O Governo pode utilizar a política fiscal de forma anticíclica, ou seja, quando há uma desaceleração da atividade ou recessão, ele aumenta os gastos ou reduz impostos para elevar a renda disponível para consumo, levando a um aumento da produção e uma queda do desemprego.

De maneira inversa, uma política de redução de despesas ou aumento de impostos tem um efeito contracionista sobre a atividade e pode ser utilizada quando o Governo precisar desacelerar a atividade econômica.

No entanto, o aumento dos gastos públicos pode impactar a taxa de juros, reduzindo o efeito expansionista sobre a economia. Isso porque o aumento dos gastos públicos eleva a renda e o aumento da renda eleva a demanda, o que pode ter um efeito de alta sobre a taxa de juros. Esse aumento nos juros pode reduzir os gastos de investimentos no setor produtivo, o que eliminaria parte da expansão inicial causada pelo aumento dos gastos públicos.

Em resumo, de acordo com Vasconcellos (2011):

Política fiscal expansionista

- Aumento de gastos em bens e serviços e/ou
- Redução de impostos e/ou
- Aumento das transferências para o setor privado

Política fiscal contracionista

- Redução de gastos em bens e serviços e/ou
- Aumento de impostos e/ou
- Redução das transferências para o setor privado

Quanto maior a carga de impostos ditada pela política fiscal do governo, haverá menor renda disponível para a população em geral, inibindo o consumo. Esta é uma das armas disponíveis aos governos para controlar a taxa de inflação, pois tem como objetivo atingir a demanda (SANTIAGO,2012).

A partir da crise de 1929, iniciada nos EUA, foi sendo reconhecida a necessidade de uma intervenção do governo no âmbito econômico, controlando possíveis excessos danosos às contas do país. Influenciados especialmente pelos estudos de John Maynard Keynes, economista britânico, as nações passam a aceitar que os entes estatais poderiam influenciar os níveis de produtividade macroeconômicos, aumentando ou diminuindo o número de tributos, bem como o gasto público. Tal política, por sua vez controlaria a inflação, aumentaria o emprego e manteria um valor saudável do dinheiro.

Os governos passam, então, a regular os níveis de desemprego, inflação e desaceleração na economia. Para exercer esse controle, contam com uma combinação das políticas monetárias e fiscais que serão utilizadas de modo a controlar os fenômenos econômicos. É nesse momento que, além das políticas econômicas e fiscais, iremos presenciar o nascimento do “*Welfare State*”, um conjunto de políticas econômicas e sociais promovido pelo governo de modo a garantir não só a normalidade do setor econômico, mas também o bem estar da população em geral.

A carga tributária total no Brasil não é particularmente alta, é menor que a dos EUA e muito menor que a da Europa. Porém sua distribuição é bastante anormal. Apenas 6.2% do arrecadado se referem ao Imposto de Renda de Pessoas Físicas, participação essa que nos países industrializados varia geralmente entre 18% e 26% e nos EUA chega a 38%.

A maior parte da nossa carga tributária se concentra nos impostos indiretos, ou seja, aqueles impostos embutidos nos bens e serviços que adquirimos (46% da arrecadação total), contra 15% a 30% nos países industrializados, e

sobre as operações financeiras, cuja arrecadação total é de 4.4% do total, contra 0.1% a 2.3% nos países desenvolvidos (ESCÓSSIA, 2009).

No que se refere aos impostos diretos, a sonegação é pública e do conhecimento de todos, principalmente nas camadas mais altas. Empresários, fazendeiros e altos executivos camuflam seus ganhos e superestimam suas despesas, usando todos os tipos de estratégias e engodos. A classe média não assalariada, profissionais liberais, microempresários e médios proprietários rurais também ignoram, na prática, o IR ou Imposto de Renda.

Todo brasileiro que já pagou um dentista ou médico do seu próprio bolso sabe que tratamento “com recibo” é bem mais caro. Um grande número de assalariados razoavelmente bem pagos, mas incluídos na economia informal – geralmente na qualidade de “prestadores de serviços” – também não contribui. Estimar o tamanho da nossa economia informal é um exercício de adivinhação.

A maioria dos brasileiros, mesmo participando da economia formal, deixa de pagar Imposto de Renda, pelo simples fato de não ter renda para isso, pois o mesmo é cobrado sobre rendimentos tributáveis anuais superiores a R\$ 25.661,70; mais de 46% da população tem renda inferior a R\$ 824,00 mensais e outros 31% estão da faixa de R\$ 824,00 a R\$ 1.500,00 mensais, também praticamente isentos em razão das deduções e do fato que muitas vezes essa renda familiar provém de mais de um salário, nenhum dos quais, superior a faixa de isenção. Dessa forma, na economia brasileira atual, quem paga IR é essencialmente a classe média assalariada e com carteira assinada.

Para se ter uma ideia da brutalidade do atual sistema tributário brasileiro, o chamado *Take Home Salary*, que é a parcela do salário que o trabalhador leva para casa, no caso brasileiro, é em média menor que 40%, em consequência dos encargos sociais que elevam muito o custo da mão de obra.

É por isso que comumente afirmamos que o Brasil é um país de salários miseráveis e de custo da mão de obra altíssimo. Enquanto isso, em Taiwan (Ilha de Formosa), ou na Coreia, o trabalhador recebe cerca de 90% a 95% do que custa para seu empregador. O economista José Pastore, chega a afirmar que os encargos sociais chegam a 102% no Brasil, contra apenas 9% nos EUA. Para Pastore, encargo social é aquilo que se acrescenta por lei ao salário básico.

Diante disso, afirmamos com total convicção e segurança que o Brasil tornou-se uma ilha de tributos e loterias. Aliás, as loterias são as melhor maneiras de “tributar” a população de baixa renda.

3.3 Inflação

A inflação pode ser definida como o processo persistente de aumento do nível geral de preços, resultando, assim, em uma perda do poder aquisitivo da moeda. Esse evento provoca alguns efeitos sobre a economia, que são apresentados abaixo:

1) Efeito sobre a distribuição de renda: A inflação provoca uma redução do poder aquisitivo dos segmentos da população que dependem de rendimentos fixos, com prazo legal de reajuste. Aqueles com renda livre, como empresas e especuladores, são favorecidos pelo processo inflacionário.

2) Efeito sobre a alocação de recursos: O processo inflacionário tende a modificar o perfil de investimentos dos agentes da economia. Os investidores resistem em alocar seus recursos em projetos de longa maturação, preferindo os de curto prazo.

Segundo Montella (2003) há três tipos de inflação:

- a) Inflação de demanda

Esse tipo de inflação é gerado pelo excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços (oferta agregada). Pode ser entendida como “dinheiro demais à procura de poucos bens”.

Como comprimir a demanda agregada? Reduzindo o grau de investimento dos agentes econômicos ou através do Governo, aumentando imposto e/ou reduzindo seus gastos.

b) Inflação de Custos

A inflação de custos tem as seguintes causas:

- Quedas de produção (ou choques de oferta): Ocorrem quando as empresas reduzem significativamente os seus volumes de produção devido a greves, falta de matérias-primas ou quebras de safras;
- Aumento nos preços de produtos importados: os custos de produção das empresas aumentam e estas repassam a elevação para os preços do produto final;
- Aumentos excessivos de salários: por iniciativa do governo ou decorrente da capacidade de negociação dos sindicatos dos trabalhadores. Além da inflação e dos índices reais de produtividade, eleva os custos de produção e pressiona os preços para cima;
- Atuação dos oligopólios: através da “inflação administrada”, quando as empresas aumentam seus preços visando um lucro maior. Se seus produtos são insumos para a produção de outras empresas gera-se a chamada “espiral inflacionária”.

c) Inflação Inercial

Por fim, o último tipo de inflação, chamada de inflação inercial, ocorre quando os agentes econômicos adaptam suas expectativas a uma dada taxa de inflação. A taxa de inflação passa a ser incorporada por diferentes instituições no desenvolver de suas atividades.

Em todos os casos, a inflação pode ter uma ligação direta com o que se denomina de Política Monetária, tópico a ser analisado a seguir em nosso material.

3.4 Política Monetária

A política monetária pode ser definida como sendo um conjunto de medidas adotadas pelo governo com o objetivo de controlar a oferta de moeda e as taxas de juros, de forma a assegurar a liquidez ideal da economia do país.

Através do controle da oferta de moeda, visa à elevação do nível de emprego, a estabilidade dos preços, uma taxa de câmbio realista e uma adequada taxa de crescimento econômico.

Dentro dessa análise, a taxa de juros de equilíbrio é determinada pelo equilíbrio entre demanda e oferta por moeda no mercado monetário. O Banco Central pode alterar a taxa de juros deslocando a oferta de moeda. Na prática, é estabelecida uma meta para a taxa de juros e a política monetária é utilizada para alcançar esta meta.

1) Instrumentos da política monetária

As autoridades monetárias não podem interferir diretamente no cotidiano dos agentes econômicos, mas através da ação sobre as reservas bancárias e das taxas de juros indiretamente induzem o público a alterar o perfil de seus gastos.

Os principais instrumentos são:

- **Controle do dinheiro em circulação:** relacionado diretamente com a questão da emissão de dinheiro e sua circulação.

- **Operações no mercado aberto:** consistem na compra e venda de títulos públicos por parte do Banco Central objetivando regular os fluxos gerais de liquidez da economia.
- **Fixação da taxa de reserva:** instrumento utilizado pelo Governo para controlar a oferta de dinheiro, atuando diretamente sobre bancos. Também conhecidas como depósitos compulsórios, são mantidos pelas instituições bancárias junto ao Banco Central, em uma proporção dos depósitos à vista mantidos pelos bancos.
- **Fixação da taxa de redesconto:** empréstimo que os bancos comerciais recebem do Banco Central para cobrir eventuais problemas de liquidez. A taxa de juros sobre esses empréstimos é chamada taxa de redesconto. Uma elevação dela induz os bancos comerciais a aumentar as reservas voluntárias.
- **Controles seletivos de crédito:** As autoridades monetárias têm condições de controlar o volume e a distribuição das linhas de crédito, impor um teto às taxas de juros e orientar a finalidade na concessão dos mesmos, determinando prazos, limites e condições.

Variações na Política Monetária fazem ocorrer modificações no rendimento dos ativos financeiros e no custo e disponibilidade de crédito. Tal como a Política Fiscal (em que o governo utiliza os gastos e os impostos), ela dá origem a um efeito multiplicador através de mudanças na taxa de juros que afetam os gastos agregados e a poupança.

3.5 Mercado de Trabalho

As políticas fiscais e monetárias têm um impacto direto no crescimento econômico. Obviamente, se um país cresce, há mais postos de trabalho sendo gerados. Em um período de grande recessão, a taxa de desemprego tende a ser maior. O mercado de trabalho resulta da interação entre as forças de demanda e oferta de trabalho.

As famílias são as detentoras dos fatores de produção, logo, compõem a oferta de trabalho. As empresas, por precisarem dos fatores de produção para

produzir, exigem mão de obra e, por isso, compõem a demanda de trabalho.

A demanda por trabalho é a quantidade de mão de obra que as empresas pretendem contratar a um determinado salário nominal. Quanto maior o salário nominal, maior o custo de produção e menor a quantidade demandada: igual ao raciocínio que vimos nas seções anteriores, lembra?

A oferta de trabalho compreende todas as pessoas economicamente ativas dispostas a oferecer sua força de trabalho a um determinado salário nominal. Quanto maior a remuneração do trabalho, mais caro se torna não trabalhar e maior será o número de pessoas dispostas a trocar horas de lazer por horas de trabalho.

1) Tipos de desemprego

Existem quatro tipos de desemprego. Eles são mostrados logo abaixo:

- **Desemprego Friccional ou Natural:** consiste de pessoas desempregadas temporariamente, ou porque estão procurando emprego, ou porque estão no processo de mudança de emprego.

Existe devido às fricções existentes no sistema econômico que resultam:

- Do conhecimento imperfeito do mercado de trabalho;
- Da mobilidade imperfeita da mão de obra;
- Da incapacidade da economia de empregar rapidamente as pessoas desempregadas.

- **Desemprego Estrutural ou Tecnológico:** Decorre de alterações estruturais na economia. Dois grupos compõem fundamentalmente o desemprego estrutural:

- Desempregados aos quais faltam instrução e capacitação profissional



O desemprego resulta, em linhas gerais, do excesso de oferta em relação à demanda de mão de obra!

necessária à economia atual;

- Trabalhadores especializados cujos conhecimentos tornaram-se ultrapassados, devido principalmente às mudanças tecnológicas.

- **Desemprego Involuntário:** ocorre quando as pessoas que desejam trabalhar ao salário real vigente não encontram emprego. Também chamado desemprego cíclico ou conjuntural. Resulta de recessões e de depressões econômicas, quando a demanda agregada está abaixo do nível de pleno emprego.

- **Desemprego Sazonal:** Ocorre em função da sazonalidade de determinados tipos de atividade econômica, que acabam causando variações na demanda de trabalho em diferentes épocas do ano.



Exercícios de
Aplicação no AVA!

4.COMPETÊNCIA 04 | ENTENDER A TEORIA E A PRÁTICA EM OPERAÇÕES CAMBIAIS

Para concluirmos este capítulo sobre noções de macroeconomia, falta abordarmos uma questão fundamental: o câmbio!

Acompanhe trecho do texto do economista Carlos Escóssia (2009), reproduzido do seu blog:

Da mesma forma que todo bem tem um valor, as moedas nacionais também têm seu valor, seu preço - que é a taxa de câmbio - que expressa o preço da moeda externa em relação à moeda nacional. Se a taxa de câmbio hoje é 2.34 R\$/US\$, significa dizer que o preço do dólar americano, em termos do real brasileiro, é de R\$ 2,34 para cada dólar.

Como todo preço, a taxa de câmbio é basicamente determinada pela “lei da oferta e da procura”. Se a procura é maior que a oferta, o preço do dólar, em reais, sobe. Se a oferta é maior que a procura, conseqüentemente, o preço cai. São vários os fatores que podem influenciar a oferta/demanda por dólares, daí a dificuldade que os economistas têm em prever o comportamento da taxa de câmbio.

O Banco Central é quem define o que os economistas chamam de política ou regime cambial. Existem duas políticas cambiais extremas:

Na primeira, chamada de política de câmbio fixo, que é uma taxa com que os países se comprometem a manter o mesmo poder de paridade por meio do Banco Central (BC) e satisfazer qualquer oferta ou demanda por dólares que o mercado possa necessitar. Isto é, o Banco Central entra no mercado de câmbio e diz que, para ele, o dólar vale dois reais e trinta e quatro centavos (2.34 R\$/US\$), e garante a compra ou venda de qualquer quantidade de dólares que o mercado ofertar a esse preço. Neste caso, o dólar fica parado em 2.34 R\$/US\$, porque o Banco Central anula, comprando ou vendendo

dólares, qualquer que seja a pressão de aumento ou queda de seu preço. A principal vantagem da taxa de câmbio fixo está na integração dos mercados internacionais em uma rede de mercados conexos, que não têm incertezas e nem são especulativos.

O outro tipo de política cambial é definido pela ausência do Banco Central no mercado de câmbio. **As taxas flutuam livremente**, respondendo aos efeitos da oferta e da procura. Temos, neste caso, o regime de câmbio flutuante, que possibilita o equilíbrio contínuo do balanço de pagamento.

Existe, ainda, outro tipo de política cambial, que seria intermediária entre o câmbio fixo e o câmbio flutuante, que é a política de **bandas cambiais**, na qual o Banco Central não define um preço único para o dólar, e sim um intervalo (banda), dentro do qual ele pode flutuar livremente. Se a banda, por exemplo, for fixada entre 2.20 R\$/2.50 R\$, o Banco Central só entra no mercado se o dólar cair abaixo de 2.20 R\$, quando, então, o BC entra comprando dólares, ou, no caso do dólar subir acima de 2.50 R\$, o BC entra vendendo dólares.

Quando um país, através do seu Banco Central, faz opção por um regime de câmbio fixo ou flutuante, é de suma importância que se tenha uma noção abalizada do valor correto do câmbio para a economia naquele momento. O conhecimento desse valor (que os economistas chamam de câmbio de equilíbrio) é o referencial que pode definir o sucesso de um regime de câmbio fixo, ou mesmo o bom funcionamento de um regime de câmbio flutuante.

Quando a moeda nacional tem sua taxa de câmbio decrescida, ela tende a ficar mais barata no mercado de câmbio perante as outras moedas, iniciando um processo de desvalorização; internamente, em tese, isso pode propiciar as exportações, pois a moeda nacional mais barata permite que os produtos do país fiquem com um preço mais atrativo no mercado internacional.

Enquanto ocorrer um aquecimento nas exportações e na competitividade de venda de produtos, por outro lado há grandes perdas sobre as importações,

pois, a partir do momento em que a moeda de seu país fica mais barata, a estrangeira passa a representar um valor mais alto na sua aquisição e, conseqüentemente, na aquisição de insumos, produtos e serviços de outros países.

Quando a importação desses produtos é insubstituível, ocorre elevação do preço final no mercado interno e externo. Quando o Estado é completamente dependente das importações para a manutenção de sua produção e de seu mercado consumidor interno, esse cenário pode gerar inflação.

As taxas cambiais não podem ser utilizadas de maneira artificial como instrumento de controle de erros nos gastos públicos e perdas mercadológicas. Entre as entidades internacionais, o FMI (Fundo Monetário Internacional) é responsável por fiscalizar o funcionamento e uso das taxas cambiais.

Por outro lado, quando a moeda de um país se valoriza consideravelmente, as exportações perdem a competitividade no mercado internacional, havendo queda no custo das importações. Esse quadro em excesso pode gerar baixas nas receitas internas e desemprego porque haverá, neste caso, uma procura maior por produtos importados.

No Brasil, entre os anos 1940 e 1980, a política cambial seguia as taxas oficiais fixadas pelo governo, sob as restrições de conversão de moedas. Até os anos 1950, as divisas cambiais eram distribuídas por meios de lotes e leilões. Até o ano de 1989, o Brasil se planejava a partir de uma política cambial baseada na variação da paridade do poder de compra e do enfoque das mudanças de preços entre o mercado interno e externo.

A política do câmbio flutuante iniciaria a partir dos anos 1990, durante o governo Collor, num sistema que determinava o valor do câmbio a partir da decisão de bancos e corretoras sobre a compra e venda do dólar. Em 1994, no fim do governo Itamar Franco, o Plano Real instituiu a paridade do real com o

dólar como meio de estabilizar a moeda. A paridade foi destituída no segundo mandato do governo FHC, quando a moeda brasileira passou a depender da fluidez do mercado – tal política cambial foi mantida por ações do governo durante os dois mandatos do governo Lula.



Atividades
propostas sobre o
tema no AVA!

REFERÊNCIAS

AUTOENTUSIASTAS. Figura 10- – Desequilíbrios: Excesso de demanda e de oferta. Disponível em: < Autoentusiastas.com>. Acessado em Jan 2013.

DINHEIRABILIDADE. O que é política fiscal. 2012. Disponível em: <www.dinheirabilidade.com.br/2012/02/o-que-e-politica-fiscal/>. Acesso em 06/01/2013.

ECONOMIA E FINANÇAS FÁCEIS. Figura 4. Fonte: Blog Economia e Finanças Fáceis (2013). Disponível em: < http://financasfaceis.wordpress.com/autores/>. Acesso em Jan 2013.

ESCÓSSIA, Carlos. 2009. O que é Política Fiscal? Disponível em <www.carloescossia.com/2009/09/carlos-escossia-entende-se-por-politica.html>. Acesso em 06/01/2013.

UNIOESTE. Figura 9 – Equilíbrio de Mercado. Disponível em: <www.unioeste.br/projetos/unisol/projeto/c_economia/c_economia_1.htm>. Acessado em Jan 2013.

MONTELLA, Maura. Decifrando o Economês. Rio de Janeiro: Ed. Qualitymark, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Ed. Atlas, 20ª Ed., 1979.

SANTIAGO, EMERSON. Política fiscal 2. Disponível em: www.infoescola.com/economia/politica-fiscal/ Acesso em 06/01/2013.

VASCONCELLOS, Marco Antônio, S. Economia: Micro e Macro. São Paulo: Ed. Atlas, 5ª Ed., 2011.

MINICURRÍCULO DO PROFESSOR

Administrador de Empresas (FCAP/UPE), MBA Executivo Internacional em Gestão de Empresas (FGV) - com módulo internacional na Ohio University (USA). É Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais: segurança e defesa, pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa - Lisboa, onde recebeu a distinção "summa cum laude" em sua dissertação de mestrado.

Foi Professor de Economia e Relações Internacionais e Coordenador de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade Santa Helena (Recife).

Professor da disciplina Processo Decisório na Universidade de Pernambuco (FCAP).

Foi membro do NICC (Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas e Criminalidade).

Também foi Coordenador do Citybs/IBMEC em Recife, além de Professor de Estratégia e Ambiente Macroeconômico dos programas de MBA do IBMEC

Atualmente é Assessor da Direção e Board da BDM Eng e Consultoria em Luanda, Angola.

Trabalha com estratégia e avaliação econômica de projetos em diversos setores em países da África Subsaariana.

